



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

EDITAL**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS**

O Diretor do Foro da Seção Judiciária do Pará, Juiz Federal DOMINGOS DANIEL MOUTINHO DA CONCEIÇÃO FILHO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, da Resolução do Conselho da Justiça Federal nº 208, de 04 de outubro de 2012 e alterações e da Instrução Normativa IN-13-01/2019-TRF1, aprovada pela Portaria Presi 7013202, torna público o Processo Seletivo de Estágio para Estudantes dos Cursos de **Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Sistemas de Informação, Gestão da Tecnologia da Informação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Redes de Computadores, Engenharia Civil e Arquitetura**, conforme as disposições a seguir:

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 O processo seletivo tem por finalidade o preenchimento de vagas de estágio para estudantes dos cursos acima citados que exercerão suas atividades em unidades administrativas da sede da Seção Judiciária do Pará, bem como a formação de cadastro de reserva.

1.2 O estágio na Justiça Federal/PA exige carga horária diária de 04 (quatro) horas de atividades, a serem desenvolvidas no interregno de 08:00 às 16:00 horas, e tem como contraprestação bolsa mensal de **R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), acrescida de auxílio transporte no valor de R\$ 8,00 (oito reais)** por dia de atividade no mês, sendo tais elementos reajustáveis de acordo com a disponibilidade orçamentária da Justiça Federal de Primeiro Grau do Pará.

1.3 O processo seletivo será regido por este edital, e seus eventuais aditamentos, erratas, instruções, comunicados e convocações dele decorrentes, obedecida à legislação pertinente e realizar-se-á sob a responsabilidade do Núcleo de Gestão de Pessoas desta seccional.

1.4 O ato de inscrição implica a plena concordância por parte do candidato com as normas deste edital e sobre as quais não se poderá alegar desconhecimento.

2. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS

2.1 A participação no presente processo seletivo é aberta a todos os estudantes dos cursos de graduação em **Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Sistemas de Informação, Gestão da Tecnologia da Informação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Redes de Computadores, Engenharia Civil e Arquitetura**, sendo que, a contratação do candidato aprovado e convocado para o preenchimento de vaga, está condicionada ao efetivo cumprimento dos requisitos quanto ao credenciamento (na data da convocação) da Instituição de Ensino, na qual o(a) estudante esteja matriculado(a), período acadêmico mínimo e máximo, à regularidade documental e às condições de saúde física e mental do convocado.

2.1.1 As instituições de ensino credenciadas, atualmente, em Belém, por este órgão são:

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	SIGLA
Centro Universitário do Estado do Pará	CESUPA
Centro Universitário Metropolitano da Amazônia	UNIFAMAZ
Centro Universitário Planalto do Distrito Federal	UNIPAN
Escola Superior da Amazônia	ESAMAZ
Escola Superior Madre Celeste	ESMAC
Faci Wyden / Faculdade Ideal Wyden	FACI
Faculdade Cosmopolita	COSMOPOLITA
Faculdade de Belém	FABEL
Faculdade de Estudos Avançados do Pará	FEAPA
Faculdade Estácio do Pará	FAP
Faculdade Integrada Brasil Amazônia	FIBRA
Faculdade Integrada de Advocacia da Amazônia	FINAMA
Faculdade Pan Amazônica/Faculdade Paraense de Ensino	FAPAN
Faculdade Paraense de Ensino.	FAPEN
Sociedade Educacional Leonardo da Vinci	UNIASSELVI
Universidade da Amazônia	UNAMA
Universidade Federal do Pará	UFPA
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA
Universidade Paulista	UNIP

2.1.2 À época da contratação, o candidato deve preencher os seguintes requisitos, referentes ao semestre em que esteja matriculado:

CURSO	CONCLUÍDO NO MÍNIMO	CURSANDO NO MÁXIMO
Administração	3º semestre	7º semestre
Biblioteconomia	3º semestre	7º semestre
Ciências Contábeis	3º semestre	7º semestre
Direito	3º semestre	8º semestre
Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Gestão da Tecnologia da Informação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Redes de Computadores	3º semestre	7º semestre
Engenharia Civil	3º semestre	8º semestre
Arquitetura	3º semestre	8º semestre

2.2 Quando convocado, o candidato aprovado terá, no máximo, 05 (cinco) dias úteis para providenciar e apresentar a documentação necessária para o ingresso nas atividades de estágio, a saber:

a) Encaminhamento da Instituição de Ensino, onde conste o semestre em que o candidato está matriculado;

- b) Histórico Escolar;
- c) RG e CPF válidos;
- d) Comprovante de residência;
- e) 01 (uma) foto 3x4;
- f) Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- g) Atestado médico comprobatório de Aptidão física e mental;
- h) Comprovante de tipo sanguíneo (exame laboratorial ou documento oficial onde conste o tipo sanguíneo);

2.3 A aprovação no processo seletivo não gera direito à contratação, mas apenas expectativa de ser convocado para preencher vaga de estágio.

2.4 As contratações para estágio dos estudantes aprovados dar-se-ão de acordo com o número de vagas, assim como de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da Justiça Federal/PA.

2.5 Os candidatos aprovados serão convocados para contratação por ordem de classificação.

2.6 O candidato convocado para a contratação não tem direito à escolha de sua unidade de lotação, competindo exclusivamente à Seção Judiciária do Pará, determinar sua lotação.

2.7 O contrato de estágio será regido pela Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 e regulamentado pela Resolução do Conselho da Justiça Federal n. 208/2012 e alterações, e pela Portaria PRESI 7013202, que autorizou a IN 13-01 ou por resolução do Conselho da Justiça Federal que venha a revogar o normativo citado.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão efetuadas exclusivamente nas formas descritas neste Edital.

3.2 A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação das condições do processo seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.3 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional, extemporânea, candidato oriundo de instituição de ensino sem convênio com a Seção Judiciária do Pará ou feita por outro meio que não o estabelecido neste Edital.

3.4 O candidato poderá concorrer, apenas, a uma vaga.

3.4.1 No ato da inscrição os candidatos com deficiência deverão declarar a sua condição para fins de enquadramento na situação especial prevista no parágrafo 5º, do art. 17, da Lei nº 11.788/08.

3.5 A declaração falsa ou inexata dos dados constantes na Inscrição determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

3.6 As informações constantes na Inscrição são da exclusiva responsabilidade do candidato, eximindo-se a Seção Judiciária do Pará de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, endereço de e-mail ou número de telefone inexato ou incompleto.

3.7 No ato do preenchimento da Inscrição não será exigida cópia de qualquer documento, a não ser nos casos específicos previstos neste edital, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato a veracidade dos dados informados.

3.8 O candidato que, por alguma razão, necessitar de atendimento especial para a realização da prova, deverá enviar requerimento por escrito, datado e assinado, indicando as condições de que necessita para a realização da prova e as razões de sua solicitação, até o término do período das inscrições, através do e-mail prosel.pa@trfl.jus.br. O requerimento deverá ser acompanhado de laudo médico comprobatório da necessidade de atendimento especial. A concessão do atendimento especial fica condicionada às possibilidades técnicas da SJPA.

3.9 As inscrições serão gratuitas e realizar-se-ão no período de **20 a 24/05/2024**, prorrogável a critério da Administração e deverão ser realizadas por meio de formulário eletrônico disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.trfl.jus.br/sjpa/concursos/estagios>.

3.9.1 A relação dos inscritos será divulgada no mesmo endereço, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o término do período de inscrição, tendo o candidato prazo de 02 (dois) dias corridos, contados da publicação da relação, para impugnar eventuais inconsistências na lista final dos inscritos.

3.9.2 O interessado deverá ler atentamente o presente Edital, disponível no endereço eletrônico <https://www.trfl.jus.br/sjpa/concursos/estagios>, certificando-se junto à sua respectiva instituição de ensino superior se está conveniada com a Seção Judiciária do Pará.

4. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1 Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente processo seletivo.

4.2 Em obediência ao disposto no parágrafo 5º do artigo 17, da Lei 11.788/2008 será reservado aos candidatos aprovados portadores de deficiência, o percentual de 10% (dez) por cento das vagas oferecidas.

4.3 Os candidatos com deficiência, resguardadas as condições previstas no Decreto Federal n. 9.508/2018, particularmente em seu art. 4º, § 1º e 2º, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para aprovação.

4.4 O candidato com deficiência aprovado e convocado será submetido à avaliação por equipe multidisciplinar, previamente à contratação, a fim de se verificar o enquadramento de sua condição especial nas categorias legais, bem como se há compatibilidade ou não da deficiência com as atividades do estágio.

4.5 O candidato com deficiência, durante o preenchimento da inscrição, além de observar os procedimentos descritos no item 3 e seus subitens deste Edital, deverá proceder da seguinte forma:

4.5.1 informar se tem deficiência;

4.5.2 selecionar o tipo de deficiência;

4.5.3 especificar a deficiência;

4.5.4 manifestar interesse em concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência.

4.6 A pessoa com deficiência que desejar concorrer às vagas destinadas aos candidatos com deficiência deverá encaminhar, até o término do período das inscrições, para o e-mail: prosel.pa@trfl.jus.br, Laudo Médico, original ou cópia autenticada em serviço notarial e de registros (Cartório de Notas), expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições, o qual deverá atestar o tipo de deficiência, a descrição detalhada da deficiência, a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID – com a provável causa da deficiência, bem como deverá preencher a autodeclaração (anexo II do presente edital) e remetê-la, por e-mail (digitalizada em PDF).

4.6.1 O Laudo Médico deverá expressar, obrigatoriamente, a categoria em que se enquadra a pessoa com deficiência, nos termos do art. 4º do Decreto Federal n. 3298/1999 e suas alterações.

4.6.2 Na falta do Laudo Médico, ou quando este for entregue fora dos prazos previstos, o candidato perderá o direito de concorrer às vagas destinadas, neste Edital, às pessoas com deficiência, mesmo que declarada tal condição na inscrição, e não poderá posteriormente solicitar seu enquadramento como tal ou interpor recurso invocando sua situação especial. O candidato, neste caso, concorrerá às vagas destinadas à ampla concorrência.

4.6.3 A pessoa com deficiência, caso aprovada e convocada neste certame, deverá ser submetida à avaliação de equipe multidisciplinar, designada pela Administração da SJP. Na hipótese de fácil constatação, a critério da Administração, a avaliação poderá ocorrer por perícia singular.

5. DOS CANDIDATOS NEGROS

5.1 Ficam reservadas aos candidatos negros **30% das vagas oferecidas**, nos termos da Resolução CNJ Nº 336, de 29/09/2020.

5.2 Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem negros, no ato da inscrição do presente certame, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O candidato deverá preencher a autodeclaração em formulário eletrônico a ser disponibilizado no sítio eletrônico da SJP, no prazo de 2 (dois) dias após o término do período de inscrição.

5.3 Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo candidato no ato de inscrição do certame, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa.

5.4 Comprovando-se falsa a declaração, o candidato será eliminado do processo seletivo ou terá seu contrato de estágio rescindido, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

5.5 Em caso de desistência de candidato negro aprovado na reserva a candidato cotista, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado. Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no concurso.

6. DA APLICAÇÃO DAS PROVAS PARA OS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO, BIBLIOTECOLOGIA, CIÊNCIAS CONTÁBEIS, CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E REDES DE COMPUTADORES, ENGENHARIA CIVIL E ARQUITETURA:

6.1 O processo de seleção para ingresso no estágio será realizado de forma remota e constituído de 1 (uma) etapa: prova objetiva.

6.2 A prova objetiva consistirá na resposta a 10 (dez) questões, valendo 01(um) ponto cada questão, envolvendo temas previstos no conteúdo programático que acompanha este edital (Anexo I).

6.2.2 A prova objetiva será de múltipla escolha, contendo 04 (quatro) opções de resposta, sendo obrigatória a indicação de alternativa, tendo apenas 01 (uma) opção correta;

6.2.3 A prova objetiva terá caráter eliminatório e classificatório, considerando-se habilitados os candidatos que tenham obtido o total de pontos igual ou superior a 50% (cinquenta por cento), que serão classificados em ordem decrescente, até o limite de 50 (cinquenta) candidatos. Em caso de empate dos candidatos na última posição, todos os que atingirem a mesma pontuação estarão classificados.

6.2.3 O tempo de duração da prova será de 15 (quinze) minutos. Em nenhuma hipótese haverá ampliação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste Edital.

6.2.4 As questões serão disponibilizadas simultaneamente a todos os candidatos através dos links disponibilizados no site <https://www.trfl.jus.br/sjpa/concursos/estagios>, na data de **16/06/2024 (domingo), de 13:00:00 às 13:14:59 horas.**

7. DA APLICAÇÃO DAS PROVAS PARA O CURSO DE DIREITO:

7.1 O processo de seleção para ingresso no estágio será realizado de forma remota e constituído de 2 (duas) etapas: prova objetiva e prova discursiva.

7.2 A **prova objetiva** terá caráter eliminatório e classificatório e consistirá em 30 (trinta) questões, valendo 01(um) ponto cada questão, envolvendo temas previstos no conteúdo programático que acompanha este edital (Anexo I), será de múltipla escolha, contendo 04 (quatro) opções de resposta, sendo obrigatória a indicação de alternativa, tendo apenas 01 (uma) opção correta.

7.2.1 A **prova discursiva** consistirá de 1(uma) questão valendo 10 (dez) pontos e terá caráter eliminatório e classificatório, considerando-se habilitado, na primeira fase, o candidato que tenha obtido, na prova objetiva, o total de pontos igual ou superior a **50% (cinquenta por cento)**, que serão classificados em ordem decrescente, até o limite de 170 (cento e cinquenta) candidatos. Em caso de empate dos candidatos na 170ª posição, todos os que atingirem a mesma pontuação estarão aptos para a segunda etapa (prova discursiva).

7.2.2 O tempo de duração da **prova objetiva** será de 45 (quarenta e cinco) minutos. Em nenhuma hipótese haverá ampliação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste Edital.

7.2.3 As questões **objetivas** serão disponibilizadas simultaneamente a todos os candidatos através dos **links disponibilizados no site <https://www.trfl.jus.br/sjpa/concursos/estagios>**, na data de **16/06/2024 (domingo), de 13:00:00 às 13:44:59 horas.**

7.2.4 É vedado ao candidato mais de 01 (um) envio das respostas da **prova objetiva online**. Serão consideradas as respostas afetas ao primeiro envio, descartando-se eventuais respostas enviadas em desacordo com este edital, mesmo dentro do tempo fixado.

7.3 A **prova discursiva** versará sobre uma das disciplinas previstas no conteúdo programático que acompanha este edital (Anexo I). A disciplina objeto de abordagem será divulgada quando da publicação do edital de resultado da primeira fase do certame. A prova discursiva terá duração de **03 (três) horas** e **será aplicada presencialmente e simultaneamente** a todos os candidatos classificados na forma do item 7.2.1.

7.3.1 O local, dia, horário, tema e critérios de avaliação da prova discursiva serão divulgados no sítio eletrônico da SJP. (<https://www.trfl.jus.br/sjpa/concursos/estagios>).

7.3.1. A **prova subjetiva** terá caráter eliminatório e classificatório.

7.3.2 O aproveitamento mínimo, na prova subjetiva, para que os candidatos sejam habilitados é de **50%** do total de pontos. Os candidatos com aproveitamento inferior a **50%** serão eliminados do certame.

7.4 É de responsabilidade exclusiva do candidato providenciar os meios tecnológicos para realizar as provas, bem como gerar arquivo em PDF do teste após o envio das respostas.

8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1 A pontuação dos candidatos se dará de acordo com o somatório da nota em cada etapa (objetiva e discursiva). **Será atribuído peso 1 (um) para cada questão da prova objetiva. À prova discursiva será atribuído peso 3.** A classificação se dará em ordem decrescente (da maior à menor pontuação entre os classificados) de acordo com a somatória da pontuação obtida nas duas etapas (prova objetiva e discursiva).

8.2 Em caso de empate na nota total, aplicar-se-ão a seguintes sequências de critérios de desempate dos candidatos:

a) com idade igual ou superior a 60 anos, conforme art. 27, parágrafo único da Lei 10.741, de 1/10/2003;

b) maior tempo como prestador de serviço voluntário na Justiça Federal/PA;

c) com idade mais elevada.

8.3 O resultado preliminar das provas objetivas e discursivas, em ordem de classificação, será divulgado no endereço eletrônico <https://www.trfl.jus.br/sjpa/concursos/estagios>.

8.3.1 O resultado final do concurso será homologado e divulgado no mesmo endereço eletrônico, também em ordem final de classificação.

8.4 Os candidatos portadores de deficiência e os candidatos autodeclarados negros ou pardos, se aprovados, além de figurarem na lista de classificação correspondente às vagas de ampla concorrência, também terão seus nomes divulgados em listas específicas de classificação.

8.5 Os candidatos com deficiência e os autodeclarados negros ou pardos concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação no concurso, observada a pontuação mínima para aprovação. Quando chamados a ocuparem

uma vaga destinada à ampla concorrência, não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas a candidatos negros e pardos.

8.6 A convocação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas disponibilizadas e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

9. DOS RECURSOS

Os candidatos terão prazo de **2 (dois) dias úteis** para impugnação/recurso, contados da publicação da data de divulgação do resultado preliminar.

9.1 O recurso em face da prova **objetiva (1ª etapa)** deverá ocorrer, obrigatoriamente, de **forma remota, enviando 1 (um) recurso, por questão, para o e-mail: prosel.pa@trfl.jus.br**.

9.2 O recursos em face da prova **discursiva (2ª etapa)** deverá ocorrer, obrigatoriamente, de **forma presencial** nas dependências da sede da Justiça Federal do Pará, localizada na Rua Domingos Marreiros, 598, Umarizal, Belém-PA.

9.3 Os recursos somente serão conhecidos e analisados se forem apresentados os fundamentos ao presidente da comissão do Processo Seletivo de Estagiários 2024, **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, contados do primeiro dia subsequente à data da divulgação do resultado preliminar. Para as provas objetivas, além da obrigatoriedade de anexar o respectivo caderno de provas, deverá o candidato interessado observar que somente serão aceitos recursos nas seguintes situações:

- a. contra questão ou gabarito da prova objetiva;
- b. contra a totalização dos pontos obtidos na Prova, desde que se refira a erro de cálculo da nota;

9.4 Os recursos mencionados no item 9.1 deste edital deverão ser remetidos exclusivamente ao endereço de e-mail prosel.pa@trfl.jus.br, dentro do prazo previsto no edital, identificando o assunto como "RECURSO EM FACE DO RESULTADO PRELIMINAR".

9.5 Para cada questão, deverá ser apresentado um recurso específico, devidamente fundamentado e que não exceda 20 linhas.

9.6 Serão indeferidos, liminarmente, os recursos que:

- a) não estiverem devidamente fundamentados;
- b) forem encaminhadas via fax, telegrama e correios ou qualquer outro meio em desacordo com o presente edital;
- c) forem interpostos em desacordo com a forma e o prazo estabelecidos nos itens 9.1 e 9.2.

9.7 Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares, cujo teor seja objeto de recurso apontado no item 8.1 deste edital.

9.8 A decisão relativa ao deferimento ou indeferimento dos recursos será divulgada no endereço eletrônico <https://www.trfl.jus.br/sjpa/concursos/estagios>.

9.9 Após a divulgação oficial de que trata o item 9.8 deste edital, a fundamentação objetiva da decisão da banca examinadora sobre o recurso ficará disponível para consulta dos candidatos no endereço eletrônico <https://www.trfl.jus.br/sjpa/concursos/estagios> até a finalização deste processo seletivo.

9.9.1 A decisão de que trata o item 9.8 deste edital terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.

9.9.2 Nas questões da prova objetiva cujo gabarito for cancelado, será atribuída a respectiva pontuação a todos os candidatos que realizaram a prova *on line*.

9.9.3 Nas questões cujo gabarito for alterado, será acrescida e/ou diminuída a pontuação a todos os candidatos que realizaram a prova *on line*, conforme o caso.

10. DA CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS

10.1 A convocação para o preenchimento de vaga de estágio na Seção Judiciária do Pará dar-se-á através de e-mail, utilizando-se os dados cadastrais fornecidos pelo candidato no ato de preenchimento do formulário eletrônico que servirá como ficha de inscrição do processo seletivo.

10.1.2 O candidato convocado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação da documentação solicitada.

10.1.3 Tanto o candidato, quanto à Instituição de Ensino terão o prazo de 2 (dois) dias úteis para assinatura do Termo de Compromisso, disponibilizado para assinatura no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

10.2 O candidato que desistir da contratação, no momento de sua convocação, será desclassificado e perderá o direito de ser convocado para assumir qualquer vaga de estágio no atual certame.

10.3 Compete exclusivamente ao candidato aprovado a atualização ou retificação de seus dados cadastrais, devendo, para tanto entrar em contato com a Seção de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (SEDER), através do e-mail: prosel.pa@trfl.jus.br, identificando assunto como "ALTERAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS".

10.4 Nenhum tipo de responsabilidade caberá à Seção Judiciária do Pará, em caso de não localização de candidato, após esgotadas as tentativas de contato por telefone ou endereço eletrônico, conforme fornecidos pelo candidato.

11. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

11.1 Este processo seletivo terá a validade de 12 (doze) meses a contar de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Direção do Foro da Seção Judiciária do Pará.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Toda informação e orientação referente à realização deste Processo Seletivo será fornecida pela Seção de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (SEDER) através do e-mail: prosel.pa@trfl.jus.br.

12.2 Os atos relativos a este processo seletivo serão divulgados, exclusivamente, no endereço eletrônico <https://www.trfl.jus.br/sjpa/concursos/estagios>.

12.3 É de exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar as divulgações de todos os atos, editais, avisos, erratas, retificações ou comunicados referentes a este Processo Seletivo.

12.4 Em caso de eventuais ocorrências que dificultem ou impossibilitem a realização da prova no dia e horário estabelecidos, a Seção Judiciária do Pará reserva-se o direito de adiar o evento, efetuando a comunicação dessa decisão por meio da internet, devendo todos os candidatos, obrigatoriamente, observarem a nova data.

12.5 A qualquer tempo, proceder-se-á à anulação de inscrição, prova, convocação ou contratação, caso verificada falsidades e/ou irregularidades na inscrição, na realização das provas ou na documentação apresentada.

12.6 Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito. Nesses casos, a alteração será mencionada em edital complementar, retificação, aviso ou errata a ser divulgado no endereço eletrônico.

12.7 Não serão fornecidas ao candidato quaisquer declarações ou certidões de aprovação e/ou classificação, valendo para esse fim a relação de aprovados divulgada no endereço eletrônico <https://portal.trfl.jus.br/sjpa/concursos/estagios/estagios.htm>.

12.8 A Seção Judiciária do Pará não fornecerá nenhum exemplar ou cópia de provas, relativas a Processos Seletivos anteriores para candidatos, autoridades ou instituições de direitos público ou privado.

12.9 Os prazos estabelecidos neste edital contam-se em dias úteis, são preclusivos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer formulários, recursos, e/ou de documentos após as datas e nas formas estabelecidas neste Edital.

12.10 Para contagem do prazo de interposição de recursos e entrega de documentos, excluir-se-á o dia da divulgação e incluir-se-á o último dia do prazo estabelecido neste Edital, desde que coincida com dia de funcionamento normal e/ou remoto da Justiça Federal – Seção Judiciária do Pará. Em caso contrário, o período previsto será prorrogado para o primeiro dia seguinte de funcionamento normal e/ou remoto.

12.11 A Seção Judiciária do Pará não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos, apostilas e outros materiais impressos ou digitais referentes às matérias deste Processo Seletivo ou por quaisquer informações que estejam em desacordo com o disposto neste Edital.

12.12 Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, seus anexos, e quaisquer editais complementares, atos, avisos e convocações relativos a este Processo Seletivo que vierem a ser divulgados no endereço eletrônico <https://portal.trf1.jus.br/sjpa/concursos/estagios/estagios.htm>.

12.13 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Pará.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRE-SE.

Juiz Federal **DOMINGOS DANIEL MOUTINHO DA CONCEIÇÃO FILHO**

Diretor do Foro da Seção Judiciária do Pará



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Daniel Moutinho da Conceição Filho, Diretor do Foro**, em 15/05/2024, às 12:44 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **20550561** e o código CRC **3ADB1911**.

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. CURSO DE ADMINISTRAÇÃO:

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GERAL: 1 Evolução da administração. 1.1 principais abordagens da administração (clássica até contingencial). 1.2 Evolução da administração pública no Brasil (após 1930), reformas administrativas, a nova gestão pública. 2 Processo administrativo. 2.1 Funções de administração: planejamento, organização, direção e controle. 2.2 Processo de planejamento. 2.2.1 Planejamento estratégico: visão, missão e análise SWOT. 2.2.2 Análise competitiva e estratégias genéricas. 2.2.3 Redes e alianças. 2.2.4 Planejamento tático. 2.2.5 Planejamento operacional. 2.2.6 Administração por objetivos. 2.2.7 Balanced scorecard. 2.2.8 Processo decisório. 2.2.9 O ciclo do planejamento em organizações (PDCA) 2.3 Organização. 2.3.1 Estrutura organizacional. 2.3.2 Tipos de departamentalização: características, vantagens e desvantagens de cada tipo. 2.3.3 Organização informal. 2.3.4 Cultura organizacional. 2.4 Direção. 2.4.1 Motivação e liderança. 2.4.2 Comunicação. 2.4.3 Descentralização e delegação. 2.5 Controle. 2.5.1 Características. 2.5.2 Tipos, vantagens e desvantagens. 2.5.3 Sistema de medição de desempenho organizacional. 3 Gestão de pessoas. 3.1 Equilíbrio organizacional. 3.2 Objetivos, desafios e características da gestão de pessoas. 3.3 Recrutamento e seleção de pessoas. 3.3.1 Objetivos e características. 3.3.2 Principais tipos, características, vantagens e desvantagens. 3.3.3 Principais técnicas de seleção de pessoas: características, vantagens e desvantagens. 3.4 Análise e descrição de cargos. 3.5 Capacitação de pessoas. 3.6 Gestão de desempenho. 4 Gestão da qualidade e modelo de excelência gerencial. 4.1 Principais teóricos e suas contribuições para a gestão da qualidade. 4.2 Ferramentas de gestão da qualidade. 4.3 Modelo da fundação nacional da qualidade. 4.4 Modelo do GesPública. 5 Gestão de projetos. 5.1 Elaboração, análise e avaliação de projetos. 5.2 Principais características dos modelos de gestão de projetos. 5.3 Projetos e suas etapas. 6 Gestão de processos. 6.1 Conceitos da abordagem por processos. 6.2 Técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos. 7. Gestão de contratos.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO: 1 Orçamento Público: conceitos e princípios. 2 O orçamento na Constituição de 1988. 2.1 Princípios orçamentários. 3 O orçamento público no Brasil. 3.1 Plano Plurianual (PPA). 3.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). 3.3 Lei Orçamentária Anual (LOA). 3.4 Ciclo orçamentário: elaboração, discussão, votação e aprovação da Proposta orçamentária e sua execução. 3.5 Créditos ordinários e adicionais. 4 Receita pública: categorias, fontes e estágios. 4 Despesa pública: categorias e estágios. 5 Suprimento de fundos.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS. 1 Conceitos, relação com os outros sistemas de organização. 2 A função do órgão de Recursos Humanos: atribuições básicas e objetivos, políticas e sistemas de informações gerenciais. 3 Comportamento organizacional: relações indivíduo/organização, motivação, liderança, desempenho. 4 Competência interpessoal. 5 Gerenciamento de conflitos. 6 Gestão de pessoas do quadro próprio e terceirizadas 7 Recrutamento e Seleção: técnicas e processo decisório. 8 Avaliação de Desempenho: objetivos, métodos, vantagens e desvantagens. 9 Desenvolvimento e treinamento de pessoal: levantamento de necessidades, programação, execução e avaliação. 10 Gestão por competências

2. CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

- 1.Documentação: conceitos básicos e finalidades da documentação geral e jurídica.
2. Biblioteconomia e ciência da informação: conceitos básicos e finalidades. 2.1 As cinco leis da Biblioteconomia. 2.2 Identificação e conhecimento das principais fontes jurídicas de informação.
- 3.Organização e administração de bibliotecas. 3.1 Princípios e funções administrativas em bibliotecas, estrutura organizacional, as grandes áreas funcionais da biblioteca, marketing da informação, divulgação e promoção. 3.2.Centros de documentação e serviços de informação: planejamento, redes sistemas.
4. Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional (RVBI).
- 5.Tesauro—Princípios e métodos.
6. Desenvolvimento de coleções: políticas de seleção e de aquisição, avaliação de coleções, fontes de informação.
7. Estrutura e características das publicações. - Diário Oficial da União (DOU), Diário da Justiça.
8. Serviço de referência.
 9. Disseminação seletiva da informação (DSI)—estratégia de busca de informação, planejamento e etapas de elaboração, atendimento ao usuário.
 10. Estudo de usuário— entrevista.
 11. Formato de intercâmbio, formato USMARC, principais sistemas de informação automatizados nacionais e internacionais.
 - 12.Catálogos online (OPACs).
 - 13.Segurança da informação.
 14. Bibliotecas digitais. -Conceitos e definições; requisitos para implementação; softwares para construção.
 15. Linguagens de Indexação - Conceituação. Fundamentação teórica. Objeto e função da análise da informação, Instrumentos de representação da informação: cabeçalhos de assunto, tesauros, sistemas de classificação bibliográfica. Origem e evolução dos sistemas de classificação. Estudo comparativo dos sistemas de classificação bibliográfica CDD e CDU, e seu emprego na representação temática de documentos. Catálogos de Bibliotecas e de Centros de Documentação: conceitos, funções e tipos.

16. Normalização de Documentos- NBR 10520; 6021; 14724; e 6023.

3. CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

1. Contabilidade Pública - Orçamento Público, Licitação, Receitas e Despesas públicas, Dívida pública, Suprimento de Fundos, Bens públicos, Restos a Pagar, Despesas de Exercícios Anteriores, Créditos Adicionais;

2. Contabilidade Básica: Conceitos, Finalidade, Patrimônio, Usuários, Princípios Fundamentais da Contabilidade; Técnicas Contábeis; Contas;

3. Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado.

4. CURSOS DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, REDES DE COMPUTADORES.

1. Desenvolvimento de Software:

a. Conceitos básicos de estruturas de dados e programação;

b. Modelagem orientada a objetos;

c. Linguagens de programação desenvolvimento back-end: PHP e Node.js;

d. Tecnologias de desenvolvimento para front-end Web: HTML, Javascript e CSS;

e. Arquitetura REST (Representational State Transfer);

f. Metodologia ágil de desenvolvimento – SCRUM;

2. Banco de dados :

a. Relacionais, conceitos básicos, linguagem SQL.

b. NOSQL, conceito básicos.

c. Gerenciadores: MySQL, Postgres e MongoDB;

3. Ferramentas:

a. VSCode;

b. GIT;

c. Sistema Operacional Windows 10

d. Processador de Textos e Planilha Eletrônica (BrOffice e Microsoft Office)

e. Conceitos de Internet: e-mail e navegadores.

4. Sistemas operacionais:

a. Características dos sistemas operacionais modernos;

b. Interoperação de sistemas operacionais.

5. Redes de comunicação de dados e teleprocessamento:

a. Sistemas de comunicação de dados;

b. Conhecimentos básicos de arquitetura TCP/IP, protocolos e serviços de Internet.

c. Noções de camadas de rede, modelo OSI/ISO e Internet;

d. Conhecimentos básicos de endereçamento CIDR: redes, subredes, máscaras etc.

6. Segurança de informação:

a. Conceito básico de segurança de redes de computadores;

b. Conceito básico de assinatura digital e autenticação

5. CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

1. **Legislação específica - Resolução 114/10 do CNJ e Resolução 244/13 do CJF.**

2. **Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**

3. **PATOLOGIA E RECUPERAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES:** Conceitos de patologias. Manifestações. Recuperação de Estrutura. Novas Tecnologias para Recuperação de Estruturas. Métodos de reparo para estruturas de concreto com corrosão de armaduras. Patologia das estruturas de concreto. patologia das fundações. Patologias em alvenarias e revestimentos.

4. **MANUTENÇÃO PREDIAL:** Corretiva, Preventiva e Preditiva. Elaboração de Planejamento da Manutenção Preventiva em Edificações. Diagnóstico do estado das edificações e seus equipamentos (instalações elétricas, hidráulicas, contra incêndio, elevadores e segurança). Falhas Construtivas e Manutenção Predial. Normas de manutenção em instalações Prediais: Características e Aplicabilidade. Acompanhamento de contratos de Manutenção. Auditoria e Inspeção.

5. **FUNDAÇÕES:** Fundações diretas. Fundação corrida. Blocos de fundação. Sapatas. Fundações excêntricas. Fundações com vigas de equilíbrio. Fundações profundas. Estacas e tubulões. Fundações especiais. Movimentos de massa e análise de estabilidade, barragens de terra e enrocamento. Normas e práticas de Projetos de Fundações e Barragens.

6. **ENGENHARIA DE CUSTOS:** Orçamento: conceituação, origem dos dados para composição unitária de custos, sistemas de informações da obra e registro de indicadores de uso dos recursos físicos da empresa. Orçamento segundo a ABNT: orçamento executivo ou operacional, orçamento como simulação da execução da obra. Sistemas de acompanhamento e controle do realizado: físico e financeiro. Sistemas de controle de custos. Orçamento em contratações públicas. Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil – SINAPI. Base Desonerada e não desonerada.

7. **SERVIÇOS PRELIMINARES E ESPECIALIZADOS NO CANTEIRO DE OBRA:** A interdependência entre o projeto e a obra. Particularidades da indústria da construção civil. Processos construtivos. Construção civil e meio ambiente. Subsistemas construtivos, definições. Responsabilidades Cíveis, segurança e canteiros de obras. Serviços preliminares, contenções e locação da obra. Técnicas para realização dos serviços de: movimento de terra, sondagens e fundações. Técnicas para execução de estruturas de concreto armado. Alvenarias e Revestimentos. Impermeabilização das construções. Cobertura, forro e drenagem. Esquadrias, revestimento de paredes, tetos e pisos. Sistemas prediais e interferências. Acabamentos. Noções de instalações especiais, especificações técnicas, construções especiais. Tecnologias construtivas apropriadas e apropriáveis. Tecnologias construtivas e ambiente sustentável. Conservação de energia. Conforto térmico, conforto acústico e conforto visual. Tecnologias Construtivas Racionalizadas. Especificações de materiais e serviços. Segurança do trabalho na construção.

6. ARQUITETURA

1. Representação gráfica, projeto de arquitetura.

2. Noções básicas em software específico (autocad/revit).

3. NBR.

4. Caracterização das fases do projeto.

